



Entre margens e ancestralidades: o processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Restinga

Milena Silvester Quadros¹, Andreia Meinerz², Daniela Sanfelice³ e Lara Yelena Werner Yamaguchi⁴.

¹Graduada em História, Mestre em Sociologia e Doutora em territorialidades quilombolas e relações inter-étnicas, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora da rede Federal de educação profissional e tecnológica (IFRS). E-mail: milena.quadros@restinga.ifrs.edu.br; ²Graduada em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Mestra em Filosofia pela UFRGS e Professora de Filosofia Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Restinga. E-mail: andrea.meinerz@restinga.ifrs.edu.br; ³Bióloga e Doutora em Biologia Animal (Mastozoologia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o pós-doutorado no Research Department of Genetics, Evolution and Environment of the University College, em Londres. Atualmente é professora no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Restinga. E-mail: daniela.sanfelice@restinga.ifrs.edu.br; Graduada e bolsista de iniciação científica do Bacharelado em Saúde Coletiva (UFRGS). Possui graduação em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: larawerner@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho relata o processo de implantação do curso técnico de Agroecologia, modalidade PROEJA no Instituto Federal da Restinga, bairro periférico situado no Extremo Sul da cidade de Porto Alegre/RS. Tal processo foi marcado por conflitos institucionais, superados através da intensa mobilização da população residente no território, cuja urbanização foi marcada por ações estatais de gentrificação. Experiências dolorosas de luta pela própria sobrevivência terminaram por serem ressignificadas através do desenvolvimento de estratégias de articulação e resistência por parte desta população, que conta com parcerias institucionais para a projeção de sonhos e desejos de futuro para a própria comunidade, ao mesmo tempo em que extraem das lembranças do passado a fonte de sua percepção. Neste sentido, o curso de Agroecologia se apresenta como mobilizador e potencializador deste movimento de transformação em defesa da vida, da diversidade e do pertencimento a terra e suas comunidades.

Palavras-chave: multiplicidades; redes solidárias; políticas públicas; território.



1. Fazemos um curso de onde começa a vida

Este texto relata um fenômeno em movimento. Trata do caminho que vem sendo percorrido para implementação do curso Técnico em Agroecologia no Campus Restinga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), localizado em um bairro periférico do município de Porto Alegre/RS, chamado Restinga, assim como das múltiplas afecções provocadas no encontro de vidas cuja necessidade impõem a busca e a luta incessante por mudanças urgentes. Essa narrativa polifônica tem início com a publicação de um edital. Partindo de um princípio democratizante, o Edital 05/2016 “Escolha de Novo Curso para o Campus Restinga – para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)” abriu a possibilidade para que pessoas de diferentes segmentos pudessem construir suas propostas para um novo curso a ser ofertado a partir do ano de 2017. Logo, um grupo pequeno de servidores do IFRS reuniu-se, num primeiro encontro, com algumas pessoas que atuam nos movimentos comunitários da Restinga. Em uma roda de conversa, dentro de uma sala de aula, uma das lideranças do bairro ali presentes sugeriu: “façamos um curso de Agroecologia, pois a vida começa pelo alimento”.

Com a ideia latente, nos encontros que se sucederam aproximavam-se mais pessoas e, o que inicialmente circunscreveu os desejos de um bairro urbano da Restinga, ampliou-se, englobando a rede de agricultores familiares agroecológicos da região metropolitana de Porto Alegre; coletivos *Guarani* e *Kaingang* que vivem em localidades da Zona Sul do município - onde também está situada a Restinga além deles, comunidades quilombolas; passaram a participar, também, diversas entidades de caráter público, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (SDR), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Fundação Estadual de Pesquisas Agropecuárias (FEPAGRO), a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre (SMS), o legislativo municipal, segmentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entre outros.



No entanto, ao mesmo tempo em que uma força se encadeava no que parecia constituir uma trama popular, uma contra força institucional, traduzida pela insegurança em assumir riscos numa escola cujo foco encontra-se nas áreas tecnológicas mais duras (tais como eletrônica e informática), produzia obstáculos para a realização deste projeto, mediante o qual transtornos e problemas poderiam ocasionar à instituição e, conseqüentemente, ao bairro. Nos propomos, aqui, narrar o movimento colaborativo e proliferante iniciado com a elaboração da proposta submetida a um conselho institucional e que segue seu caminho em direção à construção conjunta do Projeto Pedagógico de Curso.

O texto está dividido em três partes. A primeira, apresenta uma breve contextualização do território da Zona Sul de Porto Alegre, dentro do qual estão localizados o bairro urbano da Restinga e o IFRS, as pequenas propriedades rurais de agricultores familiares que constituem uma rede de produção de alimentos orgânicos, a comunidade indígena Mbyá-Guarani, da Aldeia Tekoá Anhenteguá, a comunidade Guarani Tekoá Jataí'ty, a Aldeia Kaingang Topë pën, a comunidade quilombola dos Alpes D. Edwiges e a colônia de pescadores do Lago Guaíba. Na segunda parte, narramos as estratégias coletivas de comunidades diversas para romper dificuldades e articular soluções para o curso de Agroecologia. Na terceira e última parte, traçamos os caminhos em direção à construção de um Projeto Político Pedagógico colaborativo.

2. A Zona Sul de Porto Alegre: coletivos minoritários e populações rurais

Uma grande área de restinga. Do ponto de vista da paisagem, assim podemos caracterizar a porção mais ao sul da região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Essa região é classificada como Zona Sul pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Municipal de 2008 (PORTO ALEGRE, 2008), no entanto, refugia histórias que nem sempre figuraram nos catálogos que promovem a capital do estado mais meridional do Brasil.

Constituído da necessidade colonial de expandir e demarcar suas conquistas territoriais, o Rio Grande do Sul erigiu-se sobre a imagem de grandes batalhas militares e de seus bravos combatentes



que defenderam o estado de seus inimigos em diferentes episódios da história oficial. Ao mesmo tempo, reconhecido como um dos estados que mais recebeu descendentes de italianos e alemães que participaram das correntes imigratórias iniciadas na metade do século XIX, o Rio Grande do Sul orgulha-se do seu passado europeizante e reforça valores a ele atribuído: um povo cristão, branco e trabalhador.

Quando voltamos o olhar para a Zona Sul de Porto Alegre, entretanto, a imagem idílica de um estado glorioso entra em contradição com sua própria história. Por ser uma região distante do centro, a Zona Sul de Porto Alegre serviu como vala para onde foram despejadas as populações que não se adequavam aos padrões de um modelo urbano ordenado, higienizante e civilizatório. Conduzidos ao Rio Grande do Sul para trabalhar nas estâncias produtoras do charque, desde as primeiras ocupações portuguesas na região, os africanos e seus descendentes escravizados estiveram atrelados às dinâmicas de ocupação territorial e funcionamento da economia (MAESTRI, 1984). Com o declínio das atividades pecuárias e da produção do charque, muitos negros libertos ou escravizados fugidos deixavam o interior do estado em direção à capital em busca de outras possibilidades de vida. A maior parte destas pessoas passaram a viver nas ‘vilas de malocas’, como eram conhecidos estes lugares situados no centro da cidade.

Conjurados pelo poder público e vistos como pessoas de hábitos degradantes pela população em geral, no final da década de 1960 o Estado colocou em movimento a política de remoção das vilas e favelas da região. Dispositivo normalizador ainda usado nos dias de hoje (DELEUZE; GUATTARI, 1996), as casas e os pertences das famílias que habitavam esses locais foram removidos à força e jogados na área que atualmente corresponde ao bairro da Restinga. Ali, os primeiros moradores precisaram agenciar estratégias criativas para lidar com situações limitantes, tais como a inexistência de transporte urbano, a necessidade de reconstruir eles próprios suas moradias e as redes de saneamento básico, elaborarem seus próprios modelos e marcadores geográficos, bem como criarem meios para enfrentar a ausência de outros serviços básicos, como de saúde e educação. Apesar da multiplicidade de saberes complexos que circulam pelo bairro, a Restinga, por ser lugar que abriga uma parte



significativa do povo negro de Porto Alegre, segue sendo o cenário onde práticas de racismo, preconceito e exclusão social são batizadas.

Com índices elevados de pobreza e violência originados em razões difusas como o tráfico de drogas, a violência doméstica e a prostituição, a luta política passou a constituir o repertório de ações dos moradores do bairro. Foi através da atuação criativa e estratégica das lideranças comunitárias que uma das escolas técnicas federais foi destinada ao bairro. Se o IFRS da Restinga não é a única escola técnica – originada no plano de expansão do ensino técnico no Brasil a partir do ano de 2010 – situada em um bairro de periferia, certamente é uma das poucas instituições cuja implantação decorreu da luta e articulação organizada de uma comunidade periférica.

A Zona Sul, a qual fazemos menção nesse relato, não é constituída apenas por bairros urbanizados como a Restinga. A região também engloba a atual Zona Rural do município de Porto Alegre, formada por Áreas de Preservação Permanente e pequenas propriedades rurais, cujas famílias de agricultores abastecem boa parte das feiras de alimentos orgânicos da região metropolitana. Apesar das práticas de agricultura, pecuária e pesca terem sobrevivido aos movimentos de expansão urbana e especulação imobiliária, desde 1999 havia sido decretado o fim da Zona Rural do município, com a entrada em vigor do então Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).

O decreto desencadeou uma série de medidas que desconsiderou a vocação rural do território, priorizando políticas de especulação imobiliária e acarretando a falta de políticas públicas para os agricultores, assim como a falta de estímulos técnico-científicos. No entanto, com o Projeto de Lei Complementar do Executivo 007/2014 e sua posterior aprovação (PORTO ALEGRE, 2014), que instituiu a criação do Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural, Porto Alegre abriu a possibilidade para a valorização da produção agrícola em áreas rural/urbanas, fomentando novas iniciativas e abrindo caminhos para o reconhecimento das atividades rurais e, principalmente, dos sujeitos que atualmente colaboram para a Segurança Alimentar e Nutricional de parte da população de Porto Alegre.

A mesma Zona Sul constitui o local de diferentes ocupações por grupos Guarani. A constante reocupação do território da Zona Sul por estes coletivos está relacionada a aspectos cosmológicos da



própria cultura Guarani. Cercada por uma cadeia de morros com diversas nascentes que correm por seu interior, a *Tekoá Jataí'ty* oferece pontos de vigilância privilegiados a uma extensão de terras que abrangem as margens da Lagoa dos Patos, Rio Guaíba e adjacências. Segundo os guaranis, a região da bacia do Guaíba e Lagoa dos Patos é um dos pontos onde antigos *karai* conseguiram atingir o *aguyjê* - estado de imortalidade e perfeição em vida - tornando-se a seu tempo eles próprios divindades, capazes de alcançar *Yvy marã e'ỹ*, a Terra Sem Males.

O curso Técnico em Agroecologia do Instituto Federal da Restinga foi desenhado na confluência destas cosmovisões, que fogem ao padrão normativo que estrutura as grandes cidades brasileiras, assim como no diálogo com uma territorialidade plural. Pensar a agroecologia a partir desta multiplicidade tem nos levado a um movimento singular, criativo e potente.

3. Rompendo dificuldades para defender a vida

No diálogo ao qual nos propusemos, estivemos distantes de produzir um conceito coerente e objetivo que permitisse nos movimentar de maneira segura pelo campo da Agroecologia. Isso porque nos conectamos a mundos divergentes em sua concepção sobre as práticas de agricultura, sobre a relação com a terra e com os alimentos, bem como sobre os saberes e conhecimentos em jogo. Inicialmente, se tal trama resultou potente foi mais pela criatividade evocada no desejo conjunto de transformar uma realidade, do que pela construção de um conceito que correspondesse à Agroecologia. Três foram as fontes de dificuldades que precisamos superar ao longo da construção da proposta submetida ao edital de escolha do novo curso: a falta de profissionais (docentes e técnicos) para suprir a demanda do curso Técnico em Agroecologia, o turno da noite, período no qual o curso deve ser ofertado, e a falta de infraestrutura. Juntos, estes fatores tornaram-se as principais dificuldades. Afinal, quem daria as aulas que envolvem os conhecimentos técnicos? Como realizar aulas práticas no turno da noite com a ausência de luz? Onde realizaríamos as aulas práticas, uma vez que a estrutura atual do Instituto Federal não dispõe de áreas de plantio?



Durante nossos encontros que ocorreram semanalmente, as lideranças comunitárias da Restinga sugeriram que um dos focos do curso deveria estar na formação de multiplicadores (educadores populares) que pudessem atuar junto às famílias, estimulando o cultivo em hortas domiciliares ou associativas (em escolas, entidades comunitárias, organizações de moradores, ocupações, entre outros) cujos espaços pudessem servir para as aulas práticas. Priorizar as hortas comunitárias traduz uma necessidade e uma exigência de que a Agroecologia atue para a Segurança Alimentar de famílias em situação de risco social. Assim, cada componente curricular das aulas práticas, que exigem áreas de cultivo, contaria com vinte por cento de ensino à distância, onde os alunos poderiam eles mesmos produzir no seu próprio terreno (ou canteiros), constituindo os vínculos tanto com a terra quanto com o meio ambiente.

Neste espaço poderiam, então, observar o processo de crescimento vegetal, perceber as alterações no solo, realizar adubação, testar o manejo ecológico das doenças e dos insetos que atingem as plantas e assim por diante. Nessa linha de proposição, um conhecimento próprio da Restinga, ou seja, a capacidade de produzir governança comunitária originada na trajetória de territorialização dos moradores do bairro, bem como um saber que age para a precaução e defesa da vida, neste caso a Segurança Alimentar, foi incorporado ao currículo.

Na interlocução com os agricultores da produção orgânica, com os indígenas e com os quilombolas, nos foi revelado que os saberes empíricos que se constituíram numa longa tradição na agricultura, e cujas práticas funcionam como estruturantes sócio-cosmológicos destas coletividades, deveriam ser integrados ao currículo. Os conhecimentos tradicionais das comunidades que vivem na Zona Sul de Porto Alegre também passaram a compor a matriz curricular do curso, em diálogo simétrico com o conjunto de conhecimentos técnico-científicos. Foram sugeridas as disciplinas de Seminários Temáticos, nas quais mestres e conhecedores de práticas na agricultura possam colaborar ativamente para os conhecimentos na agroecologia.

Da interação com outras instituições, em especial com a EMATER e com a UFRGS, construímos uma rede de colaboração para suprir as necessidades e as carências de profissionais técnicos na área. Através de acordos de cooperação e de convênios, criou-se a possibilidade de



estudantes de pós-graduação realizar estágios docentes nas turmas do curso de Agroecologia, além de técnicos extensionistas rurais atuarem junto às hortas associativas e comunitárias. Ao fim da elaboração da proposta inicial foi montado um gráfico com sugestões para o curso (anexo 1).

4. Elaborando um projeto curricular colaborativo

O processo de aprovação do curso Técnico em Agroecologia realizou-se mediante votação dos membros de um Conselho eleito pela comunidade de servidores, estudantes e público externo. Uma vez aprovado, foi iniciado o processo de construção do Projeto Pedagógico do curso. A principal preocupação foi dar continuidade ao caráter colaborativo e plural que originou a proposta inicial. O Grupo de Trabalho que deu seguimento às atividades propôs a constituição de um Fórum permanente, com o objetivo de oportunizar o diálogo entre os diferentes seguimentos. O I Fórum permanente dos Saberes Múltiplos em Agroecologia ocorreu no dia 03 de agosto de 2016 e reuniu, no IFRS da Restinga, mais de cento e trinta pessoas, representando mais de vinte coletivos que ali estiveram com a intenção de colaborar para a construção pedagógica do curso.

Para oportunizar um diálogo profícuo, as pessoas se dividiram em quatro grupos: Agricultores Familiares da produção orgânica; Agricultura urbana e mulheres na Agroecologia (Anexo 2); Especialistas e técnicos e; Indígenas, Pescadores e Quilombolas (Anexo 3). Cada grupo esteve reunido por cerca de uma hora, momento no qual debateram as seguintes proposições: (1) O que vocês esperam do Curso Técnico em Agroecologia; e (2) como e em que o Técnico em Agroecologia deve atuar? Dando continuação à metodologia proposta, cada seguimento elaborou cartazes com tópicos que foram apresentados para o grande grupo.

O coletivo que articulou o tema da Agricultura urbana e das Mulheres na Agroecologia, chamou a atenção para o impacto nas formações de grupos ligados às identidades de gênero, sobretudo, para a possibilidade de emancipação das mulheres em situação de risco social. Lembraram que as turmas de PROEJA do IFRS Restinga são predominantemente constituídas por mulheres. E, considerando que a



Restinga tem índices alarmantes de disparidades e violências de gênero, as mulheres que expuseram suas proposições, corroboraram a referência da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), para a qual a fusão entre os papéis de mulheres e camponeses consiste em

(...) um campo de conhecimento que articula e integra saberes populares e científicos, bem como aceita o desafio de produzir novos conhecimentos a partir desse encontro. Dessa forma é um novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Esse campo, a partir de seus princípios e de suas experiências concretas, aponta a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro ambiente ou outro ser humano (CARDOSO e RODRIGUES, 2009, p. 8).

Os Encontros de Agroecologia realizados no Brasil ao longo da última década têm sido um importante campo de estudos para a reflexão e análise das práticas agroecológicas, apontando, inclusive, para a construção de projetos pedagógicos das instituições de ensino que são referências na construção do conhecimento agroecológico que problematizem as relações de gênero e poder na sua abordagem.

Esquemáticamente, as mulheres apresentaram as seguintes proposições: 1) Educação e reeducação alimentar; 2) Educação Social e Ambiental – Preservação e função social; 3) Saberes agroecológicos com perspectiva de gêneros; 4) Superação geracional da vulnerabilidade; 5) Mediação de conflitos – Cultura de Paz; 6) Divulgação do curso; 7) Fortalecimento de redes e parcerias – Comunidade; 8) Formação de hortas comunitárias; 9) Mapeamento de áreas na comunidade; 10) Integração com escolas, creches e parcerias com entidades; 11) Ética do cuidado – “Cuidar da vida, do espaço, pessoas e relações”; 12) Saberes tradicionais – Culturas Diversas etc. (Católica/ Matriz Africana); 13) Inclusão das pedagogias diferenciadas; 14) Segurança alimentar (roda de conversa) e; 15) Segurança alimentar – práticas integrativas em saúde.

A possibilidade de emancipação de mulheres por meio da participação nos sistemas de produção agroecológicos é uma realidade já em movimento no Brasil, como mostra a VII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ocorrida em 08 de março de 2016 e que reuniu, na cidade paraibana de Areal, cinco mil mulheres que protestaram contra a violência, a impunidade, os ataques à democracia e por uma sociedade mais justa, além da agroecologia. A possibilidade de autonomia econômica, maior



liberdade e enfrentamento à violência doméstica são temáticas constantes que reapareceram na roda de conversa que participaram mulheres. Apontaram nesse dispositivo uma importante ferramenta para a organização do trabalho associativo e cooperativo, socialização e constante reconstrução do tecido social da comunidade na qual estão inseridas, o que certamente é bastante salutar.

O coletivo formado pelos indígenas, pescadores e quilombolas apresentaram como uma das principais contribuições, a possibilidade de uma troca simétrica entre seus saberes sócio-cosmológicos e os conhecimentos da ciência. Os indígenas apontaram a necessidade de a agroecologia dialogar com a maneira em que se constitui a pessoa Guarani em correspondência com outros elementos e entidades presentes no cosmo (tanto no meio ambiente quanto na esfera espiritual). Suas narrativas sugeriram uma construção coletiva do que pode ser agenciado como práticas agroecológicas ao longo do curso.

De modo a sistematizar suas sugestões, apontaram: 1) Resgate e valorização das sabedorias de cada território indígena; 2) Atuação junto às aldeias através de vivências inter-étnicas nas comunidades; 3) Fórum específico dos Povos indígenas e Comunidades Tradicionais e; 4) aprender com as visões de mundo divergente e com as diferentes formas de relacionar Homem/Ambiente.

Quanto aos agricultores que já atuam na produção agroecológica na Zona Sul de Porto Alegre, disseram esperar uma qualificação técnica e o acesso mais facilitado aos conhecimentos tecnológicos que fomenta e dinamiza os mercados de comercialização locais. Falaram das dificuldades em acessar conhecimentos, uma vez que a ciência, de modo geral, investe seus esforços na produção de alimentos em escalas ampliadas, as quais acabam fazendo um uso intensivo de insumos e agrotóxicos. A possibilidade de ampliar a oferta de curso na área da Agroecologia em nível técnico, amplia também a possibilidade de acesso à informação.

A relação de proposições apresentadas pelos agricultores familiares foram as seguintes: 1) Fomentar a Produção Orgânica; 2) Formar um profissional capaz de intervir na produção ecológica, rural e urbana; 3) Formar um profissional capaz de produzir alimentos saudáveis; 4) Colocar as Unidade de Produção à disposição para as práticas do curso; 5) Colaborar com o conhecimento prático; 6) Atuar com compreensão holística e procedimentos éticos e; 7) Que o profissional tenha subsídios para interagir em toda a cadeia da produção agroecológica.



Os especialistas e técnicos chamaram atenção para a necessidade de potencializar a troca entre conhecimento acadêmico oriundo de pesquisas e conhecimento empírico (das populações e comunidades rurais). Expuseram que, em um contexto de degradação ambiental, há a necessidade de se trabalhar tecnicamente questões como a da conservação do solo e da água, da biodiversidade e dos serviços ambientais. Um dos pontos relevantes que foi abordado diz respeito a necessidade de se questionar, no âmbito dos temas transversais da matriz curricular do curso Técnico em Agroecologia, as lógicas já estabelecidas quanto aos formadores que atuam na capacitação técnica. Disseram ser importante a construção de um ponto de vista mais sensível do profissional técnico quando de sua atuação junto aos diferentes agentes rurais. De maneira a sistematizar suas contribuições, foram elencados: 1) conservação dos recursos ambientais, desde uma visão que integre o todo; 2) Sensibilização nos processos de extensão e capacitação junto às comunidades; 3) Uma abordagem abrangente em Segurança Alimentar; 4) Foco nos agentes multiplicadores; 5) Fomento em tecnologias sociais; 6) Integrar as populações urbanas rompendo com a dicotomia cidade/campo; 7) Articular Ensino, Pesquisa e ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) 8) O Técnico como um agente de ecologização da casa.

5. Considerações finais

A experiência de proposição do curso técnico de Agroecologia, vivenciada ao longo do ano de 2016, expôs as potencialidades da comunidade residente no bairro da Restinga, bem como as dificuldades institucionais em fazer compreender os princípios que regem a ética agroecológica. Pudemos observar a materialização dos conflitos históricos que imperam sobre saberes populares e conhecimento técnico-científico, bem como a maneira como diferentes visões de mundo, vida e sociedade se colocam na formação da agenda das instituições - no caso, o Instituto Federal. E não apenas a questão que envolve a legitimidade dos saberes: foi questionada também a legitimidade do desejo da comunidade na escolha da modalidade do curso.



Contudo, tais empecilhos não conseguiram desestabilizar as forças que impulsionaram o surgimento da proposta, mas fortalecê-las: como todo processo democrático em que a soberania popular é colocada em xeque, a reação provocada mobilizou não apenas a reafirmação dos vínculos comunitários, mas a criação de vínculos interinstitucionais que se configuraram como essenciais para a efetivação da proposta do curso. Não podemos deixar de mencionar, ou ao menos tentar, o indizível: o sentimento de que o movimento aqui narrado evoca uma grande força, um grande espírito, ou o desejo sagrado da terra. A experiência segue seu curso.

Referências

CARDOSO, E. M. & RODRIGUES, V. S. 2009. *Mulheres construindo a agroecologia no Brasil*. In: *Agriculturas*, v. 6, n. 4, p. 12-16.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 1996. *Micropolítica e segmentaridade*. In: *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

MAESTRI, Mario. 1984. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e gênese escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1984.

PORTO ALEGRE. 2008. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA). *Sistema de Avaliação de Desenvolvimento Urbano*. Porto Alegre/Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria de Planejamento Municipal, 2008.

PORTO ALEGRE. 2014. *Projeto de Lei Complementar do Executivo - PLCE 007/14*. Executivo Municipal, Câmara de Vereadores: Porto Alegre, 2014.

ANEXOS



Figura 1. Indígenas, quilombolas e pescadores no I Fórum permanente dos Saberes Múltiplos em Agroecologia.
Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.



Figura 2. Sugestões para o curso construídas coletivamente na etapa inicial de estruturação da proposta de curso.
Fonte: Grupo de Trabalho do Projeto Pedagógico de Curso (PPC).



Figura 3. Agricultura urbana e mulheres no I Fórum permanente dos Saberes Múltiplos em Agroecologia.
Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.